SUMÁRIO

Nota à 2ª edição, VII
Prefácio, IX
Apresentação, XI
1. METODOLOGIA, 1
2. INTRODUÇÃO, 2
3. A PESSOA JURÍDICA, 5
   3.1. A pessoa jurídica no Código Civil de 1916, 6
      3.1.1. Da capacidade e representação, 6
      3.1.2. Da responsabilidade, 8
   3.2. A pessoa jurídica no Código Civil em vigor, 10
4. ORIGEM DA TEORIA, 13
   4.1. Surgimento da teoria no Brasil, 18
5. TEORIA *ULTRA VIRES SOCIETATIS*, 20
   5.1. Breve histórico, 20
   5.2. Conceito, 21
   5.3. A teoria *ultra vires* no direito brasileiro, 22
   5.4. A teoria *ultra vires* e o direito estrangeiro, 25
6. A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA, 28
   6.1. Conceito, 28
   6.2. Natureza jurídica, 33
      6.2.1. A fraude à execução, 34
      6.2.2. A fraude contra credores, 37
      6.2.3. A natureza jurídica da desconsideração da personalidade jurídica, 43
7. DIREITO COMPARADO, 46

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

7.1. Estados Unidos da América, 46
7.2. Inglaterra, 50
7.3. Alemanha, 51
7.4. França, 53
7.5. Itália, 54
7.6. Argentina, 55
7.7. Portugal, 56
7.8. Suíça, 60
7.9. Espanha, 60
8. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA, 62
8.1. Direito Tributário, 62
8.2. Direito do Consumidor, 64
8.3. Direito do Trabalho, 69
8.4. Direito Civil, 75
8.5. Direito Econômico, 80
8.6. Direito Ambiental, 82
9. FORMA DE APLICAÇÃO DA DESCONSIDERAÇÃO NO PROCESSO CIVIL, 83
9.1. O contraditório e a desconsideração, 88
9.1.1. Efetividade do processo, 90
9.1.2. A tutela jurisdicional diferenciada e a efetividade do processo, 93
9.2. Posicionamento adotado, 96
9.2.1. Meios de defesa por parte do terceiro, 101
9.2.2. Recurso cabível contra a decisão que desconsidera a pessoa jurídica, 107
9.3. Sugestão intermediária — *de lege ferenda*, 110
10. HIPÓTESES DE INCIDÊNCIA, 115
10.1. Aplicação nas relações de consumo, 116
10.2. Aplicação em processos de execução por quantia certa (fora do CDC), 121
10.3. Aplicação no processo falimentar, 126

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

10.3.1. A desconsideração e a Lei de Falências revogada, 126

10.3.2. A desconsideração e a Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 129

10.4. A desconsideração inversa, 130

10.4.1. Aplicação no direito de família, 132

10.4.2. Aplicação no direito das sucessões, 137

11. INCIDÊNCIA DA TEORIA NAS SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, 141

11.1. Extensão da aplicabilidade, 147

12. PRINCIPAIS CONCLUSÕES, 150

Bibliografia, 155

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br